



PSICOLOGIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO À COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Paula Rita Bacellar Gonzaga¹

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Minas Gerais, MG, Brasil.*

Karla de Paula Carvalho²

*Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Minas Gerais, MG, Brasil.*

Graziele Karen Silva Souza³

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Minas Gerais, MG, Brasil.*

Resumo: Esse trabalho discorre sobre as análises produzidas a partir do projeto de extensão “Ser Mulher, Ser Território: Articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro”. Adotando as contribuições teórico-metodológicas produzidas por intelectuais negras como contribuições pertinentes para a psicologia comunitária na promoção de saúde mental, desenvolvemos uma parceria com a Coletiva, articulando saberes e práticas de enfrentamento às estruturas de opressão que marcam as trajetórias de mulheres

¹ Professora do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Psicologia Social (UFMG). Co-coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Psicologia e Aborto na América Latina. E-mail: paularitagonzaga@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7095-5345>

² Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga pela Universidade Federal de São João Del Rei. Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG). E-mail: karladecarvalho@yahoo.com.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9739-308X>

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG). Bolsista de Projeto de Extensão - Edital Democratizar 03/2022. E-mail: grazielek.silva@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0009-0008-3573-8976>



negras periféricas, bem como socializando as estratégias de resistência e organização política. As análises são tecidas a partir dos registros de diários de campo, tendo a interseccionalidade como lente que possibilita compreender a complexidade da produção de sofrimento mental e de coletivização da resistência.

Palavras Chave: Feminismo Negro; Psicologia Comunitária; Interseccionalidade; Saúde Mental; Mulheres da Quebrada

FEMINIST AND ANTI-RACIST PSYCHOLOGY: AN EXPERIENCE OF UNIVERSITY EXTENSION WITH COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Abstract: This work discusses the analyzes produced from the extension project “Being a Woman, Being a Territory: Articulations between Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, Community Psychology and Black Feminism”. Adopting the theoretical-methodological contributions produced by black intellectuals as relevant contributions to community psychology in the promotion of mental health, we developed a partnership with ColetivA, articulating knowledge and praxis of coping with the structures of oppression that mark the trajectories of peripheral black women, as well as and socializing resistance strategies and political organization. The analyzes are woven from field diary records, using intersectionality as a lens that makes it possible to understand the complexity of the production of mental suffering and the collectivization of resistance.

Keywords: Black Feminism; Community Psychology; Intersectionality; Mental Health; Quebrada Women

PSICOLOGÍA FEMINISTA Y ANTI RACISTA: UNA EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA CON LA COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Resumen: Este trabajo discute los análisis producidos a partir del proyecto de extensión “Ser Mujer, Ser Territorio: Articulaciones entre Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, Psicología Comunitaria y Feminismo Negro”. Adoptando los aportes teórico-metodológicos producidos por intelectuales negros como aportes relevantes a la psicología comunitaria en la promoción de la salud mental, desarrollamos una alianza con ColetivA, articulando saberes y praxis de enfrentamiento a las estructuras de opresión que marcan las trayectorias de las mujeres negras periféricas, así como socializar estrategias de resistencia y organización política. Los análisis se tejen a partir de registros de diarios de campo, utilizando la interseccionalidad como lente que



permite comprender la complejidad de la producción del sufrimiento mental y la colectivización de la resistencia.

Palabras llave: Feminismo Negro; Psicología Comunitaria; Interseccionalidad; Salud Mental; Mujeres de la Quebrada

PSYCHOLOGIE FÉMINISTE ET ANTIRACISTE: UNE EXPÉRIENCE D'EXTENSION UNIVERSITAIRE AVEC COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Resumén: Ce travail discute les analyses produites à partir du projet d'extension "Être une femme, être un territoire : Articulations entre Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, psychologie communautaire et féminisme noir". Adoptant les contributions théoriques et méthodologiques produites par les intellectuels noirs comme des contributions pertinentes à la psychologie communautaire dans la promotion de la santé mentale, nous avons développé un partenariat avec ColetivA, articulant connaissances et pratiques pour faire face aux structures d'oppression qui marquent les trajectoires des femmes noires périphériques, ainsi que la socialisation des stratégies de résistance et de l'organisation politique. Les analyses sont tissées à partir de fiches de journal de terrain, utilisant l'intersectionnalité comme une lentille permettant d'appréhender la complexité de la production de la souffrance mentale et la collectivisation de la résistance.

Mots-clés: Féminisme Noir; Psychologie Communautaire; Intersectionnalité; Santé Mentale; Femmes de la Quebrada

INTRODUÇÃO

Em 1984 o Conselho Federal de Psicologia publicou um editorial onde almejava conhecer a realidade de psicólogas negras que atuavam na clínica. Não lograram encontrar nenhuma que atuasse sob orientação psicanalítica, diante do que decidiram expandir para qualquer área de atuação da profissão, ao todo foram quatro. Quatro psicólogas negras que narraram como a suspeição parecia ser a reação mais espontânea diante da afirmação de que eram psicólogas. Afinal, na história do Brasil, mulheres negras foram historicamente submetidas à exploração laboral por meio da escravização e posteriormente pela imposição a serviços mal remunerados, de baixo prestígio e que reproduzem imagens de controle sobre nossas histórias (GONZALEZ, 1984; COLLINS, 2016).



A branca – e a branquitude – da Psicologia não se restringe ao aspecto estético. Está submersa em racismo epistêmico que legitima e reproduz o pensamento de alguns homens brancos do norte-global (Grosfoguel, 2016), enquanto interdita saberes afro-diaspóricos e pindorâmicos através de práticas epistêmicas (Santos e Oliveira, 2021). Fanon (2008, p.117) nos diz: “O branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação” e a Psicologia foi, concomitantemente, instrumento de legitimação da branquitude como parâmetro de humanidade e submissão do mundo e também território de conhecimento usurpado e dominado pela mesma.

Ainda que tenhamos abordagens que problematizam as desigualdades e convocam a transformação social, durante muitos anos a desigualdade esteve subsumida às análises sobre classe, ignorando as reverberações do racismo nos modos de subjetivação e na produção de sofrimento mental, bem como os saberes afro-diaspóricos e pindorâmicos sobre cuidado e saúde (SANTOS, 2019; SANTOS E OLIVEIRA, 2021). Santos e Oliveira (2021) apontam que as ações afirmativas são elemento central na transformação que se observa nos últimos anos na academia. Coadunando com essa perspectiva Castro e Mayorga (2018) refletem sobre a potencialidade revolucionária que a presença de estudantes negros traz para às universidades brasileiras, tensionando discursos disciplinares hegemônicos e supostamente neutros, como vários que ainda perduram na Psicologia. Transformar a Psicologia implica em AFROntar as premissas de Casa Grande sobre as quais ela foi erigida, retomando saberes ancestrais e produzindo cuidado e escuta a partir de bases emancipatórias, antirracistas e decoloniais. É preciso ouvir e retomar os sonhos de nossos ancestrais:

O sonho não é a cena de produções dos indivíduos das sociedades modernas e liberais, ele vai muito além do que acontece com o indivíduo. Fomos sonhados pelos antepassados e ancestrais. Assim, um pesquisador negro descendente dos povos de fala bantu finca a bandeira de Tempo e ela abre um caminho dentro da universidade, no campo da psicologia. Era o próprio ancestral imbuído de sua força. (SANTOS, 2022, p. 348).

A tradição individualista e individualizante da Psicologia perde sua força diante do reconhecimento de que a coletividade, a descolonização da memória e a ancestralidade são caminhos para a cura (Santos, 2019). A psicologia social versa



centralmente sobre o paradigma entre sujeito e sociedade, debruçando-se sobre os contornos que as estruturas sociais delineiam nos indivíduos e como estes produzem transformações e insurgências nessas estruturas. No cenário brasileiro é ponto nodal compreender a interface entre o racismo, o sexismo e a desigualdade de classe como bases que atravessam as experiências de mulheres negras periféricas sem recair em generalizações que alocam essas sujeitas a posições cristalizadas de subalternidade. Como afirma Werneck (2005) mulheres negras diaspóricas construíram estratégias de organização política, fortalecimento comunitário, preservação cultural, religiosa e estética. Para isso, mulheres negras têm apontado os limites das imagens de controle a que foram reduzidas historicamente (a mãe preta, a mucama, a doméstica, a mulata) ao passo que produzem auto definições de afirmação política sobre suas identidades (COLLINS, 2016).

Essa redefinição que produzimos enquanto mulheres negras têm também contribuído para redefinição do que é ser psicóloga, quais problemas concernem a psicologia e por quais caminhos abordaremos eles. As psicólogas entrevistadas pelo Conselho Federal de Psicologia narram, entre outros episódios de racismo cotidiano, a interdição a elevadores ‘sociais’ por serem presumidas como empregadas domésticas que deveriam usar os elevadores de ‘serviço’ (CFP, 1984). Subiremos aos andares outrora reservados para aqueles que herdaram os espólios da nossa exploração, por elevadores, andaimes ou escadas, mas a chegada está longe de ser o fim do percurso e a psicologia isoladamente não será fonte satisfatória de resposta para as complexas problemáticas que a colonialidade produziu e produz.

O exercício antirracista da escuta demanda a ruptura com lentes homogêneas sobre as pessoas negras, lentes que historicamente pressupõem precariedade intelectual, afetiva, estética, moral, cultural e simbólica, assim como demanda que se rompa com a ideia de humanidade a partir de valores centrados no sistema de gênero moderno/colonial, valores que pressupõem branquitude e cisheteronorma como parâmetros de saúde, beleza e intelectualidade (GONZAGA, 2022, P. 165).

Admitindo as limitações disciplinares, éticas, epistemológicas e metodológicas que compõem a psicologia, limitações que, inclusive, definiram posições racialmente desiguais sobre quem seriam os sujeitos e objetos da ciência psicológica, adotamos as contribuições intelectuais do Feminismo Negro como base de práxis política e



acadêmica da Psicologia Comunitária. A partir dessa interface construímos desde o início de 2022 o projeto de extensão: “Ser Mulher, Ser Território: Articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro”, num diálogo entre mulheres negras organizadas socialmente, uma professora negra de psicologia e estudantes de mestrado e graduação negras, indígena e amarela. Esse projeto é tecido a muitas mãos. É dialogado, escrito, revisado, pensado, nutrido, embalado entre mulheres que reconhecem que as diferenças como potência e não como desigualdades, mulheres que ainda que ocupando a academia, nunca couberam nos pressupostos sobre feminilidade, pesquisadora, psicóloga.

Aquelas de nós que estão fora do círculo da definição desta sociedade de mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos cadinhos da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas – sabem que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender como estar sozinha, impopular e às vezes injuriada, e como criar causa comum com aquelas outras que se identificam como fora das estruturas a fim de definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender como pegar nossas diferenças e transformá-las em forças. Pois as ferramentas do mestre não irão dismantelar a casa do mestre. Elas podem nos permitir temporariamente a ganhar dele em seu jogo, mas elas nunca vão nos possibilitar a causar mudança genuína. E este fato é somente ameaçador àquelas mulheres que ainda definem a casa do mestre como a única fonte de apoio delas. Num mundo de possibilidade para todas nós, nossas visões pessoais ajudam a montar a base para ação política. O fracasso de feministas acadêmicas em reconhecer a diferença como uma força crucial é um fracasso de ultrapassar a primeira lição patriarcal. No nosso mundo, dividir e dominar precisam se tornar definir e empoderar (LORDE, 2019, p. 137).

Nesse sentido, a construção desse projeto se ancora na proposição da metodologia do encontro, tecida por Gonzaga (2019) em sua tese de doutoramento. De acordo com a autora, o encontro de mulheres forjadas nas fissuras do sistema de gênero moderno/colonial produz uma continuidade de reflexos produzidos pela imbricação das estruturas de opressão e pelos modos compartilhados de resistência. O efeito desses reflexos não é exato, pelo contrário, é atravessado pelas singularidades, mas conserva ainda que em imagens turvas, a manutenção de um reflexo ancestral das mulheres afro-diaspóricas. Esse efeito, Gonzaga (2019) nomeia como efeito abebénico, em referência ao abebé dourado de Oxum, e que implica em “vivenciar o espelho como imagem e como reflexo, como sujeita e como distorção imagética, como presente, passado e



futuro” (Gonzaga, 2019, p. 144). Assim, esse projeto assume uma perspectiva teórico-metodológica que entende que as mulheres da coletiva possuem estratégias de organização política e mobilização social e que cabe a universidade convergir como um elemento agregador de forças, sem pretensões de agenciamento ou direcionamento das demandas das mulheres, rompendo em absoluto com a pressuposição academicista de suposto saber.

O projeto de extensão “Ser Mulher, Ser Território: Articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro” tem como objetivos fortalecer as ações da Coletiva Mulheres da Quebrada a partir do intercâmbio de saberes entre universidade e movimento social; produzir uma aproximação das estudantes de psicologia com a práxis de intervenção psicossocial a partir da psicologia social comunitária; produzir espaços formativos integrados e dialógicos onde saberes comunitários, tradicionais, acadêmicos e políticos possam ser partilhados horizontalmente; articular a teoria com a práxis em psicologia comunitária tendo como fator facilitador as contribuições do feminismo negro e; incentivar a produção da escrita analítica das estudantes a partir da psicologia social comunitária e da epistemologia feminista negra; foi contemplado em quatro editais de fomento e apoio à Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir dos quais foi possível a vinculação de três estudantes de psicologia que atuaram em diferentes frentes dentro da Coletiva. A seleção das extensionistas, bem como a construção dos planos de trabalho foram realizadas com a participação direta das lideranças comunitárias, considerando as demandas identificadas junto às lideranças da Coletiva. Explicitamos aqui nossas pertencas étnico-raciais, epistemológicas, políticas, por compreender que esse movimento consiste num exercício de honestidade científica que está ancorada nas perspectivas da psicologia feminista e do feminismo negro, como nos aponta Mayorga (2014, p. 231-232):

Uma proposta de intervenção orientada pelo feminismo e pela interseccionalidade precisa propor um trabalho em conjunto com esses grupos, no sentido de construir equivalências entre essas posições, atentando para as diversas hierarquias que passam a ser naturalizadas a partir de dinâmicas de poder muito semelhantes... Vale destacar, uma vez mais, que esse exercício exige uma posição de contínua reflexividade, pois não estamos trabalhando nem em termos epistemológicos e tampouco políticos com a noção de neutralidade. A interseccionalidade é um exercício analítico que estabelece a



necessidade de revelar quem o faz, de quais lugares e diante de quais problemas. (MAYORGA, 2014, p.231,232)

Desse modo, nossa prática se pautou nas premissas do feminismo negro através das lentes da interseccionalidade, entendendo que as mulheres da ColetivA partem de uma continuidade histórica em que diferentes eixos de subordinação se sobrepõem produzindo reverberações nas condições materiais e subjetivas de suas vidas (Crenshaw, 2002). Além disso, ao nos colocarmos enquanto projeto político e cientificamente pautado no feminismo negro, apostamos nas contribuições do pensamento produzido por essas intelectuais, pesquisadoras, lideranças comunitárias que concebem noções emancipatórias de sociedade, e modelos de transformação das organizações sociais (Gonzaga, 2022).

“SOU UMA, MAS NÃO SOU SÓ”: A COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Ouve-se sempre falar do feminismo, empoderamento, sororidade entre mulheres. Porém é bem diferente quando se trata da quebrada sendo que várias dessas mulheres passam por todos os tipos de faltas. Faltas de direitos, de afeto, de acessos, de trabalho, de saúde e outras tantas faltas. Mesmo com tantas violências, essas mulheres continuam nos trabalhos diários para sustentar suas famílias. Aí fica uma pergunta: Qual é o momento em que elas se cuidam? Quando elas recebem cuidado? Movidas por esses questionamentos, reunimos ações para efetivar a existência da Coletiva (Mulheres da Quebrada, 2021).⁴

“*Ser Mulher, Ser Território Próprio*”, define e dá nome à ColetivA Mulheres da Quebrada, que localiza a relação indissociável entre o corpo e o território, em consonância com movimentos de mulheres em toda América Latina. É a partir dessa concepção que elas operam produzindo organização política e resistência cotidiana. São mulheres que têm interpelado projetos coloniais de dominação racista cisheteropatriarcal que sustentam a manutenção das políticas de empobrecimento, alocando mulheres negras e periféricas em posições de subalternização e humilhação social (Werneck, 2009). Com o intuito de subverter as desigualdades, as mulheres negras vêm se organizando e assumindo a liderança em suas comunidades, protagonizando a

⁴ Essa frase foi retirada da fala de Scheylla Bacelar no documentário “Ser Mulher, Ser Território Próprio” (2019), obra da Coletiva Mulheres da Quebrada que pode ser encontrado no Youtube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada



mobilização social a partir de um repertório que se mantém desde antes da travessia forçada (Werneck, 2009).

Esse protagonismo se reflete na atuação da ColetivA Mulheres da Quebrada, fundada em 2018 pelas lideranças comunitárias Scheylla Bacelar, Sandra Sawilza e Simone Sigale, que nasceram no Aglomerado da Serra e são reconhecidas como referências no território há mais de vinte anos. São mulheres com trajetórias profissionais no ramo artístico e sociocultural e debatem os atravessamentos de ser mulher na periferia, por meio de oficinas e intervenções psicossociais. Buscam repensar o afeto e o cuidado junto às mulheres periféricas, negras e LBTQIAPN+, e tem como proposta ser uma rede de apoio e suporte mútuo, ressignificando afirmativamente a identidade de mulher negra por meio da arte, além de fortalecer o protagonismo das moradoras do aglomerado da Serra (Mulheres da Quebrada, 2022). A construção da ColetivA tem fomentado a participação comunitária além da construção de um espaço seguro de acolhimento onde as mulheres denunciam as violências sofridas pelo Estado, pela polícia, pela ausência ou ineficiência de políticas públicas (Parodi Svartman e Silva, 2016), tão comuns nas periferias, favelas e aglomerados do Brasil.

A ColetivA está localizada no Aglomerado da Serra, que é considerado o maior aglomerado de Minas Gerais, sendo formado por sete vilas: Cafezal, Marçola, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas e Fazendinha. Território este, que é cercado pela Serra do Curral, hoje alvo das empreitadas exploratórias de mineração e por bairros da região centro Sul da capital mineira (NONATO E ALVES, 2019). Demarcar o território da ColetivA é importante para traçarmos suas contribuições na luta cotidiana contra as desigualdades sociais, pois é no território da exclusão social (Oliveira et al, 2019) que é exercida a resistência. O Aglomerado da Serra surpreende pela magnitude do seu território, no qual as diferentes vilas são muito diferentes entre si, como se fossem “cidades dentro de um bairro”. Até mesmo algumas moradoras frequentadoras da Coletiva MDQ que residem ali há muito tempo contam como a Serra possui muitas diferenças de uma vila para outra e como havia lugares ali que elas mesmas não conheciam e nunca haviam frequentado. A ColetivA desestabiliza as lógicas de centro e margem ao apontar como a periferia também é constituída por vários centros, intelectualidades e saberes localizados capazes de enxergar a completude situacionais e relacionais.



Esse espaço de acolhida que a Coletiva oferece, permite que as mulheres, ao se enxergarem uma nas outras (GONZAGA, 2019) falem de suas vivências num espaço onde se sentem seguras para fazê-lo, e o fazem de certa forma através de uma lógica freiriana, alfabetizando-se e aprendendo a ler a realidade e escrever suas próprias histórias (MARTÍN-BARÓ em 1996, citando Freire). Tal movimento acontece com as diferentes mulheres que frequentam o espaço da Coletiva, mães solas, filhas, sobrinhas, avós, tias, mulheres com idade entre os 17 aos 78 anos, artistas, pedagogas, estudantes, donas de casa, psicólogas, empregadas domésticas, aposentadas, babás, catadoras, fotógrafas, cabeleireiras, cozinheiras e outros infinitos rótulos que as/nos acompanham, todas se colocando como aprendizes, ouvindo umas às outras e dando novas significações à própria realidade.

As ações que a Coletiva desenvolve tem como ponto nodal a promoção de cuidado e de autocuidado, através de: grupos de intervenção que tratam de diferentes temáticas como Infecções Sexualmente Transmissíveis, violência contra mulher, saúde sexual e saúde reprodutiva, prazer, estratégias de auto cuidado no cotidiano; oficinas de dança e fotografia; atendimento psicológico individual; intervenções grupais, doações de cestas básicas e de itens de higiene, cobertores, máscara e álcool em gel, além de brinquedos e cestas específicas nas ocasiões de datas comemorativas como dia das crianças e natal. No espaço da coletiva as mulheres recebem a acolhida e o afeto que muitas vezes não são permitidas a sentir em seus cotidianos de luta, trabalho, violências e faltas, falta muitas vezes do lazer, da saúde, da escuta e do cuidado.

O fato de essas mulheres precisarem resistir para existir diariamente, é o que convida o movimento da Coletiva a se delinear enquanto dispositivo de cuidado, já que essas mulheres muitas vezes se encontram adoecidas e cansadas por não serem permitidas a ocupar o lugar de “cuidadas”, sempre o de cuidar. Lorde (2019), elucida como para as mulheres a necessidade e o desejo de cuidar umas das outras é tido não como patológico, mas redentor, onde na interdependência entre mulheres com suas diferenças mútuas, mas que não aparecem na figura de dominação, surge a liberdade e a segurança capazes de proporcionar mudanças que façam nascer outros projetos de sociedade, muito semelhante ao modo de funcionamento observado entre as mulheres da Coletiva.



Esse cuidado coletivo e (auto)suporte que é compartilhado entre elas, é o que Collins (2019) nomeia de reconhecimento compartilhado, onde as mulheres afro-americanas percebem a necessidade de valorizar a condição de mulher negra, mesmo que não se conheçam, reafirmando a humanidade e os direitos umas das outras de existirem. Esse espaço da ColetivA onde as mulheres partem do mesmo território, mas também da mesma continuidade histórica através dos marcadores estruturais de gênero, raça e classe (Gonzaga, 2019), é o que permite que as mulheres se organizem e exerçam um cuidado político no qual esses “atos individuais de resistência sugerem que as mulheres negras têm uma consciência coletiva específica” (Collins, 2019, p. 188). Nesse ínterim, há nesses lugares de organização política e social como a ColetivA a possibilidade das mulheres falarem e se expressarem livremente por se tratar de um local seguro para as mulheres negras que cotidianamente não o conseguem fazer por continuarem em posições subalternizadas na sociedade. Nos encontros promovidos pela ColetivA essas mulheres experimentam a possibilidade de auto definição o que contribui para romper com as denominações desumanizantes de que são alvo cotidianamente (Collins, 2019).

“A SOBREVIVÊNCIA NÃO É UMA HABILIDADE ACADÊMICA”: A PRÁXIS DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL A PARTIR DO FEMINISMO NEGRO.

Pensar uma psicologia comprometida com a promoção da saúde mental nas periferias brasileiras implica em admitir que “A principal doença que temos que curar é o racismo” (Santos, 2019, p. 162). Desse modo, é preciso recusar as premissas universalistas da psicologia que concebem de modo individualista o sofrimento mental e as estratégias de cuidado, premissas que reiteram as desigualdades raciais camufladas por mitos que permeiam a formação nacional brasileira. É preciso reconhecer que o racismo é produtor de sofrimento psíquico e cada vez mais essa demanda é explicitada para nossa categoria profissional (Santos, 2018). Na atuação que temos construído com a ColetivA Mulheres da Quebrada, coadunamos com a postulação de Lima (2017) de que o racismo como espinha dorsal dos modos de subjetivação que estabelecemos a partir da colonialidade, o que precisa ser considerado, inclusive, quando refletimos sobre os caminhos de construção desse trabalho, de estar na ColetivA. Corroboramos com a afirmação de Santos (2022, p.352): “Se queremos fazer uma pesquisa junto da favela, vamos aprender com a favela. Nesse caso, não pode haver aquela aplicação



comum de questionários, de entrevistas, de “sujeitos da pesquisa”. Trata-se agora de participantes coletivos da pesquisa”.

É nessa perspectiva que analisaremos alguns trechos dos diários de campo produzidos nos encontros que construímos coletivamente ao longo do primeiro semestre de 2023 com as mulheres moradoras do Aglomerado da Serra e frequentadoras da ColetivA Mulheres da Quebrada. As reflexões tecidas aqui incluem também as reverberações e afetações que esses encontros produziram na equipe de extensionistas, afinal, como nos indica Anzaldúa (2000, p. 233): “eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita.” A proposta dos encontros era centralmente pensar estratégias de promoção de saúde mental e espaços de cuidado mútuo e auto cuidado. Quando consideramos as ficções poderosas que balizam a construção do ideal de feminilidade, é fundamental reconhecer que mulheres negras nunca estiveram contempladas nos significantes de fragilidade, passividade e delicadeza, pelo contrário, foram submetidas a regimes exploratórios de trabalho por serem recorrentemente animalizadas pela lógica vigente no sistema de gênero moderno/colonial (Lugones, 2008). Desse modo, falar de cuidado e construir um espaço coletivo de reflexão sobre a ausência de cuidado em nossas vidas colabora para uma revisão de premissas costumeiramente naturalizadas em intervenções psicológicas:

Teve um momento em que eu trago sobre essa questão de pedir ajuda, pergunto se elas costumam pedir quando precisam, se buscam o apoio de outras pessoas. Uma senhora contou alguns episódios onde ela precisou de ajuda e as pessoas não ajudaram. Já teve episódios dela carregando duas cestas básicas nas costas e ninguém ofereceu ajuda. Conta que repara nesses momentos onde ela não é vista como uma mulher que precisa de ajuda. Houve um episódio em que ela estava atravessando o sinal com material reciclável, e era uma carga pesada e os motoristas gritavam para ela atravessar muito rápido para não atrapalhar o trânsito. Conta que se sentiu mal e humilhada porque naquele momento era para terem ajudado ela, as pessoas deviam oferecer como acontece com outras mulheres (Diário de Campo, 01/06/2023).



Quem são as mulheres para quem se oferece ajuda? As mulheres que não podem carregar peso e que nem tampouco podem pisar em poças de lama? O que essa senhora nos narra em muito se assemelha ao questionamento feito por Sojourner Truth em 1851 ao interpelar homens e mulheres brancos em uma conferência sobre os direitos da mulher em Ohio, Estados Unidos da América. Ainda que muito tempo e chão separem essas duas mulheres negras, há um reflexo imagético do que elas colocam: ‘não sou uma mulher?’. Santos (2018) destaca que a exclusão social e a discriminação contínua produzem tristeza, desmotivação, desesperança, apatia, desespero e problemas de auto estima. A autora aponta ainda que no contexto brasileiro o problema é agudizado por uma cultura de naturalização e resignação frente ao sofrimento de pessoas negras que muitas vezes não são vistas como humanas.

Ela faz uma provocação a respeito do pedir ajuda, em que muitas vezes é dada a responsabilidade para elas fazerem isso, mas não necessariamente precisaria ela dizer que precisa, pois já está explícito: “Uma mulher carregando duas cestas básicas não precisa pedir ajuda.” Ela encerra sua fala dizendo: “eles querem é ver a gente pedindo ajuda, mas porque não oferecem?” Ao ouvir sua interpelação, fiquei pensando em inúmeros relatos de humilhação social que as mulheres trazem, o lugar da mulher negra periférica, catadora, de não ser vista nem como mulher nem como humana, é um corpo trabalho, beneficiária das cestas básicas e deve carregar e sustentar o peso da pobreza sozinha, assim como suportar suas dores (Diário de Campo, 01/06/2023).

Quem reconhece mulheres negras como sujeitos a quem devemos oferecer cuidado? Quem escuta quando essas mulheres buscam assistência? Os relatos produzidos nos encontros ecoam em problemáticas de grande magnitude no Brasil. Mulheres autodeclaradas pretas e pardas demoram mais tempo para buscar atendimento hospitalar em caso de complicações pós-abortamento porque antecipam que podem sofrer negligência, maus tratos e sanções (Góes, 2018). Leal e colaboradoras (2017) identificaram que grávidas e puérperas pretas e pardas têm mais chances de ter um pré-natal precário, de serem impelidas para a peregrinação quando buscam o serviço de saúde em trabalho de parto, de terem o direito ao acompanhante negado e ainda de não receberem anestesia local no caso de episiotomia. O corpo negro se impõe a barbárie da desassistência, seja ela pelas relações interpessoais ou nos equipamentos públicos. Quando a interlocutora interpela: “eles querem é ver a gente pedindo ajuda, mas porque não oferecem?” Ela reconhece assertivamente o modo de funcionamento que muitas



políticas públicas estabelecem com as mulheres que acessam esses serviços. Ao mesmo tempo que responsabilizam essas mulheres, majoritariamente negras, pela própria pobreza, também atuam como se fosse responsabilidade exclusiva dessas mulheres modificar a situação em que se encontram.

Akotirene (2019) aponta que a produção de políticas que visam sujeitos universais e ainda aquelas que foram produzidas a partir da contribuição de feministas acadêmicas de classe média, que pensam a mulher universal, esbarram em realidades onde as dificuldades não podem ser reduzidas apenas a uma categoria ou apenas a uma problemática. Em 2022 o Gotas de Cuidado (seguimento da coletiva que tem como objetivo central a promoção de saúde mental) foi convidado pelo CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, para facilitar alguns encontros com as mulheres do Aglomerado. Em um desses momentos uma senhora de aproximadamente 60 anos relatou:

[...] que foi muito feliz por muito tempo com seu marido, mas que após seu câncer ele havia mudado. Falou sobre como passava por violências constantes e ouvia palavras de humilhação, e que sentia muitas dores, do câncer que já se espalhou, que às vezes chegava a desmaiar na rua. Ela disse ser catadora de recicláveis durante o dia, mas que durante a noite tinha que ir dormir na casa de seu marido pois não tinha para onde ir (Diário de campo 03/08/2022).

A mulher contava que havia parado o tratamento de câncer porque o dinheiro que conseguia da catação era o suficiente para alimentar ela e sua filha e não dava para o transporte, não tendo também com quem deixar sua filha adolescente, pois tinha medo que fizessem algo com ela, além de já ter pedido ajuda para várias pessoas, que muitas vezes a ajudavam na alimentação do dia, mas que não “resolviam” seu problema efetivamente. O relato dessa senhora que chegava aos ouvidos das mulheres presentes com uma entonação de choro e pedido de socorro, muito fez lembrar daqueles lidos no livro de Carolina Maria de Jesus, escritos há mais de 50 anos, e ainda hoje tão atuais: “[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.” (De Jesus, 1958, p. 29)

A mulher do relato foi acolhida e abraçada pelas mulheres que compunham o grupo, ela reagiu sinalizando que não recebia um abraço há muito tempo. Nesse espaços de cuidado, onde as mulheres falam livremente (COLLINS, 2019), existe a possibilidade de novas significações da vida, novas formas de se organizar e de se



colocar enquanto alvo de cuidado, reconhecendo o privado também como instância coletiva e política, espaços estes onde as diferenças não são toleradas, mas vistas como potência e caminhos possíveis para a criatividade e auto agência (LORDE, 2019). É na coletivização do seu calvário que essa senhora recebeu pela primeira vez orientação dos serviços que poderia acessar. A assistente social que participava do encontro no dia, orientou-a a procurar o CRAS mesmo que não fosse o seu de referência, pois ela tem direito ao Benefício de Prestação Continuada, além de que seria um fortalecimento para que ela conseguisse prosseguir com seu tratamento no Hospital das Clínicas. Esse episódio escancara o caráter pernicioso e profundo da imbricação da desigualdade de gênero, raça e classe. Convoca ainda a uma reflexão sobre o alcance das políticas públicas em contextos onde elas são mais necessárias.

As mulheres negras são, hegemonicamente, as usuárias de equipamentos públicos como centros de referência de assistência social bem como beneficiárias de programas como o Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC); vale lembrar que um dos objetivos do PBF é levar a usuária a prescindir do mesmo. O próprio documento enuncia que a usuária da assistência social é responsável pela sua condição denominada vulnerável, cabendo a esta, por lógica, sair dessa situação. Se pensarmos que equipamentos como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do atendimento territorializado, realizam ações que tentam prevenir situações compreendidas como sendo de risco e vulnerabilidade, cabenos pensar como a distribuição planejada e política das vulnerabilidades é pensada pelas equipes que compõem esses serviços, os efeitos disso no cotidiano de mulheres negras pauperizadas e as formas como o Estado as convoca como coparticipantes no enfrentamento de sua própria pobreza (OLIVEIRA et. al. 2019, P.148).

Para Romagnoli (2022), as políticas são atravessadas pelas relações macropolíticas e micropolíticas, e de como a primeira reproduz situações de hierarquia e opressões, se mantendo nas esferas micropolíticas do cotidiano. Sendo esses dois inseparáveis, ela fala que nessa dimensão a realidade é lida de forma simplificada, como se a realidade fosse a soma de partes. Então na esfera macro, a realidade é tida como homogênea, classifica a experiência humana como única, o que acaba por servir como forma de manutenção de poder da colonialidade, da branquitude, e das formas interseccionadas de opressão. Porém, salienta a autora, é nessa esfera da macropolítica que ocorre a garantia dos direitos sociais, e as políticas públicas, sendo micropolíticas pautadas na leitura da realidade da esfera macropolítica, são pensadas igualando a



experiência humana, homogeneizando “a diferença inerente à vida” (ROMAGNOLI, 2022, p. 4) e o que se tem de resultado, são políticas que pouco atendem a população que mais as acessam, onde os manuais e cartilhas da atuação dos profissionais desses serviços orientam pouco ou quase nada para as diferentes realidades territoriais e especificidades de cada caso e população.

As especificidades se estendem, inclusive, no que tange a experiência vivida durante a pandemia de Covid-19 a partir de março de 2020. Ainda que a pandemia tenha assolado todo território nacional, as desigualdades que já existiam foram agudizadas produzindo cenários marcados por classe, raça, território e gênero. Com as normas sanitárias de distanciamento social que objetivaram diminuir o contágio do vírus, o abismo entre as relações trabalhistas no Brasil foram expostas, principalmente ao se enxergar dados como aqueles que mostram que o Covid-19 atingia majoritariamente a população negra, sendo também os que mais morriam pelo vírus (FIOCRUZ, 2021). Camilo et. al (2021), a partir de pesquisa realizada numa comunidade periférica de São Paulo, constatam as inúmeras dificuldades dos moradores em cumprir as medidas de distanciamento sendo que precisavam usar transporte público para trabalhar, tinham fornecimento de água e saneamento precário, moradias com pouca ventilação, além do aumento significativo da fome, do desemprego e da pobreza.

Como apontam Moreira et. al. (2020), a herança colonial que delineia a sociedade brasileira se fez perceber desde o início da crise sanitária, fato que pode ser exemplificado por dois episódios que escancaram a profundidade das desigualdades em que estamos imersas. O primeiro deles é o falecimento de Cleonice Gonçalves, uma senhora que trabalhava como empregada doméstica na casa de uma família no Leblon, Rio de Janeiro, e foi contaminada por eles quando os mesmos voltaram de uma viagem à Itália e não dispensaram Cleonice das funções. Ela foi a primeira vítima fatal da pandemia no Rio de Janeiro. O segundo episódio se deu em Pernambuco, quando Mirtes Renata desceu para passear com o cachorro de Sari Corte Real, para quem trabalhava como doméstica e com quem deixou seu filho Miguel, de 05 anos. Ao retornar soube que Miguel caiu do 9º andar. Sari havia colocado a criança sozinha no elevador de ‘serviço’ para que ele encontrasse a mãe, perdido, ele acessa uma área externa aberta e acaba falecendo com a queda (MOREIRA et. Al. 2020).



Os cenários descritos por Camilo et. al. (2021) e Moreira et. al. (2020) guardam muitas semelhanças com as dificuldades vivenciadas no Aglomerado da Serra. Muitas pessoas que viviam de trabalhos informais viram sua subsistência em risco pela impossibilidade de desempenharem seus trabalhos agravando desigualdades. Nesse contexto as lideranças comunitárias da ColetivA Mulheres da Quebrada, se mobilizaram frente às dificuldades que inúmeras mulheres, chefes de família, vinham enfrentando, mostrando um cuidado (ético e político) que ultrapassava as ferramentas dos equipamentos públicos (CAMILO ET AL., 2021). Algumas dessas mobilizações foram a distribuição mensal de cestas básicas para cerca de 300 famílias inscritas na ColetivA, cestas estas recebidas por diversos doadores captados através das postagens em rede social da ColetivA; atendimento psicológico individual online por psicólogas voluntárias; distribuição de cobertores, máscaras e álcool em gel; orientação sobre a inscrição nos programas sociais como o Auxílio Emergencial, potencializando o acesso aos serviços públicos.

Esse cuidado, que não podia acontecer em encontros presenciais devido às normas de distanciamento, se deu permitindo que inúmeras mulheres tivessem o acesso a uma alimentação digna, ao Auxílio Emergencial e a atendimento psicológico gratuito, importante frente principalmente pelo aumento de sofrimento mental em decorrências das situações extremas que foram vivenciadas durante a pandemia. A ColetivA MDQ, através das mulheres lideranças comunitárias, muitas moradoras do Aglomerado, teve um papel importante na facilitação do acesso aos direitos, sendo ferramenta desse cuidado ético-político proposto pelas teóricas feministas negras. Como posto por Camilo et al. (2021, p. 4): “um cuidado onde produção, distribuição e consumo são autogestionados; a política é democrática; os bens são distribuídos equitativamente; e humanos e ambiente são valorizados, como ocorre com os povos originários latino-americanos e africanos.”. Com a retomada dos encontros presenciais, a Coletiva segue acolhendo e acompanhando as reverberações da pandemia na vida das mulheres moradoras do Aglomerado da Serra:

Houve um momento em que uma mulher relata um episódio de humilhação social vivenciada no trabalho. Conta que ficou com várias sequelas da covid 19, o que a limita de exercer algumas funções. Conseguiu um emprego como auxiliar de serviços gerais, já sendo acordado com a empresa suas limitações, entretanto na prática não ocorreu como estabelecido. Mas, por ser mãe solo, permaneceu no trabalho mesmo não dando conta das exigências. Houve um dia em



que sobraram dois pães e ela saiu do trabalho comendo eles. No dia seguinte foi acusada de roubo, teve que assinar um termo em que dizia que ela não roubaria mais a empresa. Conta que se sentiu muito humilhada, ficou nervosa e depois desse episódio não conseguiu se segurar e disse tudo o que estava sentindo e por conta disso foi acusada de ser violenta. Sua saúde piorou e ela foi demitida por justa causa (Diário de Campo, 17/11/2022).

A história narrada acima retrata como a intersecção entre raça e gênero operam na subalternização de mulheres negras, ainda potencializadas por lógicas que inferem que o corpo negro deve ser capaz de suportar qualquer trabalho pesado sem reclamação. O roubo como figura que projeta na pessoa negra um lugar cristalizado de criminalidade, não é uma estratégia nova. Kilomba (2019) resgata a imagem imortalizada de Anastacia - nome dado por seus algozes após lhe privarem do seu nome original - com um instrumento de tortura que lhe cobria a boca e lhe feria o pescoço. A autora sinaliza que a priori essa máscara de ferro era utilizada para punir as pessoas escravizadas que ousavam comer aquilo que elas mesmas plantaram, mas que era considerado posse do escravizador. No entanto, se cala a boca também para que não fale, não grite, não coloque em palavras o horror a que somos submetidas. Assim como Anastácia a punição que escutamos no trecho acima é mais do que ao suposto furto, é uma punição pela ousadia de reclamar. Retratar Anastacia emudecida pela máscara de ferro com que foi torturada é uma forma de demonstrar qual o caminho para sermos toleradas enquanto negras na sociedade colonial: emudecidas, submissas, resolutas. No entanto, Anastácia segue falando conosco séculos depois através de seu olhar firme. Tem muito a dizer, assim como as mulheres moradoras do Aglomerado da Serra.

Ao referir a própria experiência de vida, estas mulheres mostram como o racismo opera em nossa sociedade e limita a experiência das mulheres negras na divisão racial do trabalho (GONZALEZ, 2020). Retratam a exploração de sua força de trabalho, as condições de trabalhos precários, a solidão da mobilidade social, da classe, a extrema pobreza, as usuárias das políticas de assistência social; as sequelas das políticas de extermínio na pandemia de covid 19, a destituição de suas potências, que as colocam em posições de subalternização e humilhação social (WERNECK, 2009).

As mulheres, iniciam a discussão de que a pobreza as fizeram ser empregadas domésticas e ter que ser guerreiras e batalhadoras todos



os dias, enquanto as patroas são “preguiçosas” e não exercem várias funções pelo fato de ter que trabalhar para sustentar a família, cuidar dos filhos e lidar com o companheiro. Neste momento surgiram vários pontos de vista em relação ao trabalho; a humilhação social; sujeição de algumas violências por precisar sustentar os filhos; o dinheiro trazer ou não felicidade; o dinheiro possibilitar o acesso à saúde, educação, qualidade de vida, melhores condições de moradia e isso relacionar com felicidade (Diário de Campo, 11/05/2023).

Os relatos retratam o racismo hetero-patriarcal na vida das mulheres negras periféricas. De acordo com Collins (2019, p. 117): “o que o torna mais profundamente abusivo que outras ocupações comparáveis é exatamente o que o torna único: a relação pessoal entre empregador e empregado”. Essa falaciosa familiaridade que em realidade reproduz lógicas escravocratas e tem como finalidade central relativizar o caráter de trabalho que é tão eclipsado quando falamos de trabalho doméstico. A naturalização da obrigatoriedade do trabalho doméstico como função feminina e ainda mais, como função própria destinada à mulheres negras produzem cenas onde a exploração transpõe às normas sanitárias vigentes, transpõe os limites da privacidade e em muitos casos, como relatado pelas mulheres no trecho acima, implica ainda em uma sobrecarga emocional por lidar com os dilemas de mulheres que acreditam que cabe às mulheres negras que limpam suas casas lidarem com seus dilemas burgueses. A reprodução dessa imagem de controle sobre mulheres negras (COLLINS, 2016), implica em relativizações sobre a necessidade de remuneração e direitos trabalhistas para pessoas que realizam trabalhos domésticos, faz perdurar uma interdição silenciosa, mas efetiva sobre quais espaços mulheres negras podem ocupar, tornando comum ainda nos dias de hoje que nos convoquem a usar o elevador de serviço, mesmo que não estejamos a trabalho. Estamos sendo sempre convocadas a posições de subalternização. “Ser forte para as mulheres negras nunca foi uma opção. Aprendemos muito cedo a obrigação do cuidado com os outros e a necessidade de se manter firme.” (GONZAGA, 2019, p. 307).

Diante disso, produzir espaços onde mulheres negras podem usar de suas vozes, de suas mãos, de suas ideias, sem constrangimento, implica num investimento estratégico de revisão das imagens que foram criadas sobre nós. Nos diz Anzaldúa (2000, p. 235): “Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências” e quando estamos juntas, isso se torna cada vez mais explícito, mais potente, mais festivo.



Uma senhora se levanta e diz que não quer que o encontro centralize nas mulheres patroas, mas sim nelas, que são empregadas domésticas, mães, esposas e mulheres, que apesar delas serem suporte das patroas e em casa, e a sociedade fazer com que elas sejam “guerreiras”, “fortes”, “batalhadoras”, elas também querem descansar, pensar nelas, se amar e amar seus parceiros, não serem responsáveis pela casa sozinhas, e principalmente querem ter lazer, momentos de descontração, já que as condições sociais as fazem lutarem diariamente. Diz que a seis anos atrás ela gostava de frequentar o CRAS pelo fato de ter atividades em grupo, viagem, e de alguns anos para cá, a política não tem feito nada. Sugere que nós nos organizássemos e fôssemos juntas para um sítio para poder ter um momento de lazer coletivo, jogar peteca, nadar, cozinhar e comer juntas como na ceia de natal do ano passado (Diário de Campo, 11/05/2023).

A ceia de Natal, o churrasco no sítio, cozinhar e comer juntas. A Psicologia que pensamos aqui pensa e promove a compreensão da coletividade como produtora de saúde. Aprendemos com a ancestralidade e reaprendemos com as mulheres do Aglomerado da Serra aquilo que a Psicologia hegemônica tentou remover dos modos de cuidados possíveis. Como afirma Santos (2022, p. 350), “A comida não é menor, não é caridade, mas sociabilidade, comunhão, conexão e força espiritual.” Comer é proporcionar ao outro algo de si, uma alquimia que carrega saberes ancestrais e inovações cotidianas e para essas mulheres, muitas das quais tiveram no ato de cozinhar uma experiência de exploração, cozinhar para aquelas que são seus pares é ressignificar o processo e revivê-lo como protagonistas:

Gosto muito de a coletiva pensar o protagonismo das mulheres em cada processo, na construção do espaço coletivo, e que as mulheres também construam a autonomia de conduzir este movimento. Senti isso se afirmar quando uma delas se levanta e propõe que elas sejam as responsáveis pelo lanche dos encontros “é hora de devolvermos o carinho que a coletiva tanto tem por nós”. As mulheres começam discutir formas de organizar esta proposta (Diário de Campo, 18/05/2023).

A ética de cuidado seria então permitir que mulheres que historicamente assumem papéis de liderança ou responsabilidade coletivas, que travam lutas pela melhoria das condições de vida de grupos subordinados (WERNECK, 2009), que são responsáveis por gerir suas famílias e organizações, que necessitam romper com inúmeras barreiras para difundirem sua intelectualidade nos espaços acadêmicos, se



permitam também ocupar o lugar de cuidadas. Para isso é necessário oferecer meios para essas mulheres, que há muito se organizam politicamente, romperem com “opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião” (COLLINS, 2019, p. 43), construindo espaços onde elas sejam também alvos do cuidado e trabalhando com elas a legitimidade desse lugar.

Para Santos e Oliveira (2021) a europeização dos modos de subjetivação e das epistemologias limitou as ciências sociais brasileiras e em especial legou a Psicologia dificuldades significativas no cuidado dos povos que aqui vivem. Como nos afirma Santos (2018) o racismo é multifacetado e produz inúmeros prejuízos a saúde mental daquelas e daqueles que o vivenciam, igualmente precisamos complexificar às ferramentas da psicologia e nos aproximar dos saberes afro-diaspóricos conservados nas periferias, nos terreiros, nas aldeias, nos quilombos, nos aglomerados:

Para finalizar as atividades do semestre as mulheres sugeriram uma confraternização. Elas disseram que é preciso também festejar e celebrar os encontros, que não precisamos falar somente de nossas dores, mas que nosso encontro também seja alegre, um espaço de trocas, de comer e dançar juntas. No último encontro elas organizaram um lanche coletivo e trocaram afetos pelo correio elegante, exaltando as potencialidades de cada uma (Diário de Campo, 21/06/2023).

As dores, essas que conhecemos tão profundamente, não é aceita como componente que nos define. Se o racismo nos ensina imagens distorcidas sobre quem somos, tecemos nos encontros espaços para que possamos nos posicionar de frente umas para as outras e perceber as belezas, a graça, a grandeza e intelectualidade que nos foi ocultada nos espelhos narcísicos da branquitude. Parafraseando Emicida:

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir
(EMICIDA, MAJUR, PABLO VITTAR)



CONSIDERAÇÕES ENCRUZILHADAS

Os encontros com as mulheres por meio dos grupos psicossociais promovidos pela ColetivA, articulada aos saberes da psicologia comunitária e do feminismo negro, potencializam a ação comunitária, a construção de redes de cuidado e a sustentação de experiências, um espaço seguro para a elaboração do sofrimento da humilhação social e, por essa razão, espaço que articula transformações psíquicas à formas de atuação política conscientes e organizadas (PARODI SVARTMAN E SILVA, 2016).

A ColetivA Mulheres da Quebrada tem sido um espaço auto gerenciado por mulheres negras que atuam voluntariamente para promover saúde mental, acesso à políticas públicas, orientações sobre cuidados em saúde, espaços de lazer e interação, bazar, apoio à segurança alimentar, atividades artísticas como oficinas de dança, fotografia e interpretação. Desde o início de 2022 elas têm também colaborado com a formação de estudantes de graduação e pós graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, possibilitando uma construção coletivizada e horizontal de intervenções psicossociais junto a mulheres moradoras do Aglomerado da Serra. As lideranças da ColetivA, intelectuais orgânicas que têm potencializado afirmativamente a identidade de ser mulher negra periférica na cidade de Belo Horizonte, inspiram o fortalecimento de uma Psicologia Antirracista, que considere o sujeito em sua complexidade, rompendo com a tradição psicologizante de individualizar o fenômeno psicológico, recusando seu aspecto genuinamente sócio-histórico-cultural.

Apresentamos aqui alguns trechos dos diários de campo produzidos pela equipe de extensionistas que participou ativamente da ColetivA. Retomamos as narrativas entrelaçadas aos nossos afetos e considerações, porque somos também sujeitas das intervenções que conduzimos. Escutamos, dançamos, comemos e cantamos com elas em cada encontro, reposicionando hierarquias que foram inventadas outrora por outros, mas que nunca fizeram parte dos modos de cuidar dos povos afrodiáspóricos e que aqui seriam apenas empecilhos as trocas que nos dispomos a vivenciar. A psicologia comunitária se propõe a ser a Psicologia da transformação social e como no informa Anzaldúa (2000) nada é mais transformador do que o poder das vozes das mulheres do terceiro mundo.



Suas vozes ecoam o que González (2020) e Collins (2019), teorizaram a respeito da condição social das mulheres negras, e as interdições que acometem esse grupo no mercado de trabalho e, em escala mais ampla, os controles sociais sobre suas trajetórias de vida. São mulheres que erguem a voz assim como Sojourner Truth, para questionar o modo como são tratadas, levantam-se contra o desprezo e o desrespeito, denunciam o racismo e defendem que cada mulher é seu próprio território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA. São Paulo: 2019.

AmarElo (Sample Sujeito de Sorte). part. Majur e Pablio Vittar). Composição: Felipe Vassão / DJ Duh / Emicida / Belchior. In: AmarElo. Gravadora: Laboratório Fantasma. 2022. Acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 01, 2000, p. 229-236.

CAMILO, Claudia et al. Cuidado em território de exclusão social: covid-19 expõe marcas coloniais. *Saúde e Sociedade*, v. 30, 2021, p. e 210023. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210023>

CASTRO, Ricardo. D. de; BORGES, Cláudia. A. M. A Construção de um campo de pesquisa antirracista ou sobre quando sujeito e objeto (se) pesquisam. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 339–365, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/447>. Acesso: 30/07/2023

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, 2016, p. 99-127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial, 2019.

DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Vol. 1. Livraria F. Alves, 1958.

Eu, mulher, psicóloga e negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 4, n. 2, p. 10–15, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Zf4YfWqWwsvNms5LBgsFdSB/> Acesso: 30/07/2023

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. Salvador: 2008.

FIOCRUZ. Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. EPSFJ. 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil> Acesso: 30/07/2023

GOES, Emanuelle Freitas. *Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA, 2019.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. *"A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In: *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista*. Org. Conselho Federal de Psicologia, p. 155-183. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*—Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. 1984.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>

LIMA, Fátima. Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: Sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa & PASSOS, Rachel. (orgs.). *Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça, e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. (Cap. 3, pp. 70 - 88). Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica editora. 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, 2008, p. 73-102.



MAYORGA, Claudia. Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital*, v. 14, 2014, p. 221-236. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>

MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020, p. e 020014. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>

NONATO, Luisa Cristina; ALVES, Aline Neves Rodrigues. “Circuito Serra: Transitando na quebrada” – uma experiência educativa com grupos socioculturais juvenis do Aglomerado Da Serra (BH/MG). *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB*, v. 1, 2019, p. 2797-2812.

OLIVEIRA, Érica. C. S. et al.. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe2, 2019, p. e225556. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>

PARODI SVARTMAN, Bernardo; GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária. *Rev. colomb. psicol.* Bogotá, v. 25, n. 2, 2016, p. 331-349, Dec. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-54692016000200009&script=sci_arttext Acesso: 30/07/2023

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Psicologia brasileira e políticas públicas: Capturas e resistências. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, 2022, p. e 262850. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>

SANTOS, Abrahão de Oliveira. O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe)., 2019, p.159-171. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. *Revista Espaço Acadêmico, Maringá*, v. 20, n. 227, 2021, p. 250-260. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53993> Acesso: 30/07/2023

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia. In: *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista*. Org. Conselho Federal de Psicologia. 2022, p. 344-359.

SANTOS, Juciara Alves. dos. Sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 24, 2018, p. 148–165. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/578> Acesso: 30/07/2023



WERNECK, Jurema. De Ialodês y Feministas: Reflexiones sobre la acción política de las mujeres negras en América Latina y el Caribe. *Nouvelles Questions Féministes*, 24 (2). 2005, p. 27-40.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Vents d'est, vents d'ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*, 2009, p. 151-163.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 18/09/2023